

7 sab
Bodas

PENSE UM POUCO DR. DELFIM RUBEM BRAGA

A respeito da crônica publicada outro dia sobre os prêmios de viagem ao estrangeiro, recebi a seguinte carta:

«Meu caro Rubem Braga:

Em seu artigo de hoje alude você a um processo de pagamento dos prêmios de viagem que eu teria retirado do plenário do Conselho Federal de Cultura «para estudar melhor o assunto».

Isso não é verdade.

O processo foi encaminhado a mim, após discussão, para que eu visse, como Presidente do Conselho, na ordem administrativa, que providência poderia tomar.

A 2 de agosto o Secretário-Geral do Conselho, Dr. Manuel Caetano Bandeira de Melo, encaminhou-me um ofício, com o estudo da matéria, e a que dei minha aprovação.

Imediatamente foi o processo encaminhado à Secretaria-Geral do Ministério, com o ofício em que solicitei fôsem tomadas as «providências cabíveis» para sustar o corte na verba específica dos prêmios de viagem. Essa verba é de outra repartição, não da minha. Administrativamente não vi como poderia eu pagar o débito alheio, de um compromisso que o Conselho não assumiu e que é lei desde 1951.

Junto a cópia das providências que tomei e o faço como especial deferência ao confrade que sempre tratei com o melhor apreço e admiração. Se você, que foi embaixador e tem também experiência da administração pública brasileira, encontrar solução melhor, aqui estou para ouvir o conselho. Muito afetuosamente, seu confrade e admirador (a) Josué Montello».

Peço desculpas a Josué Montello, que está grávido de razões. O Secretário-Geral

do Conselho diz que «a providência a tomar-se... seria a suplementação da verba 5.05.07 na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devendo para tanto a Divisão de Orçamento tomar as medidas cabíveis sem onerar a verba já tão exígua do Conselho Federal de Cultura». Encaminhando o ofício ao Secretário-Geral do Ministério o Sr. Josué Montello solicita «as providências cabíveis, a fim de que seja sustado o corte referido». E' claro que o SPHAN também tem verbas «exíguas», com as quais tem feito, através dos anos, verdadeiros milagres para salvaguardar, pelo menos parcialmente, o patrimônio histórico e artístico do País.

E nisso ficamos. Os premiados do ano passado a ver navios e os do ano atrasado a dar facadas lá no estrangeiro. Acabo de consultar, pelo telefone, um alto funcionário da República que tem mais experiência do que eu e Josué Montello em assuntos burocráticos. Ele me diz que a única pessoa que pode dar um jeito no caso é o Ministro da Fazenda: «Se êle quiser, resolve».

Dr. Delfim Neto, o senhor tem aí em seu gabinete um jovem e brilhante economista de sua confiança que é filho de um artista que foi Prêmio de Viagem ao Estrangeiro. Pergunte a êle os apertos que o pai passou muitas vezes em Paris quando o dinheiro do Prêmio custava a chegar. Êle era menino nesse tempo, mas deve se lembrar. Naquele tempo o dinheiro atrasava, o que é horrível, mas um dia chegava, o que era menos mal. Hoje, não. A verba foi cortada, e esta gloriosa Nação faz uma economia de 78 mil cruzeiros novos por ano — menos de 22 mil dólares — à custa de artistas que ela resolveu premiar! Não acha isso uma vergonha, Dr. Delfim?

DN 8.9.68